



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.
(AICEP)**

AJUSTE DIRETO

Alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos

**AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DA SOLUÇÃO *ONETRUST COOKIES CONSENT* PARA OS
WEBSITES DA AICEP**

0447.2024.AD.DI

CADERNO DE ENCARGOS



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

OBJETO

1. o contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento pré-contratual tem por objeto a aquisição de licenciamento da Solução *Onetrust Cookies Consent* para os *Websites* da AICEP, para a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (doravante AICEP), nos termos previstos no presente caderno de encargos.
2. O presente procedimento, adotado ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante CCP), tem a seguinte referência 0447.2024.AD.DI.

Cláusula 2.^a

CONTRATO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados, desde que os mesmos tenham sido expressamente aceites pela AICEP, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - f) A declaração relativa à proteção de dados pessoais (Anexo A).
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual ali são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

5. Quando não tenha sido exigida a redução do contrato a escrito, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

Cláusula 3.^a

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

1. As dúvidas que o adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação dos serviços que lhe tenham sido fornecidos pela AICEP devem ser submetidas a esta antes do início da execução dos serviços a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o adjudicatário submetê-las imediatamente à AICEP, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

Cláusula 4.^a

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato entra em vigor no dia da sua assinatura, data em que terá de ocorrer a disponibilização da totalidade das licenças, e mantém-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses, sem prejuízo das obrigações de natureza acessória que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.^a

LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do contrato a celebrar são executados nas instalações do adjudicatário e em modo remoto, contudo poderão também ser executados, quando solicitado pela AICEP, nas suas instalações, sitas no Porto e em Lisboa.

Cláusula 6.^a

PREÇO

1. O preço base do presente procedimento é fixado em 14.473,90 (catorze mil, quatrocentos e setenta e três euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- o montante que a AICEP se dispõe a pagar pela prestação de todos os serviços previstos no caderno de encargos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a celebrar.
2. A determinação do preço base resulta de consulta preliminar ao mercado, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP.
 3. Pela prestação de todos os serviços previstos no caderno de encargos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a celebrar, a AICEP pagará ao adjudicatário unicamente o preço constante da respetiva proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
 4. Não serão feitos pagamentos que não respeitem a serviços efetivamente prestados, não sendo devidos ao adjudicatário os montantes correspondentes a quantidades ou trabalhos estimados não prestados nem qualquer indemnização por conta dessa circunstância.
 5. O preço contratual compreende a globalidade dos encargos em que o adjudicatário incorra com a celebração e o cumprimento integral do contrato, incluindo os relativos a deslocações, transporte, alojamento, alimentação, os decorrentes da utilização de marcas, patentes ou licenças, os referidos no artigo 445.º do CCP e, ainda, os decorrentes das obrigações de garantia dos serviços prestados.
 6. O preço contratual engloba ainda a remuneração do adjudicatário por quaisquer benefícios que a AICEP tenha com a globalidade das prestações contratuais e não expressamente previstos no contrato, incluindo os de natureza comercial ou relativos à transmissão de direitos de autor.

Cláusula 7.ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A quantia devida pela AICEP, nos termos do presente caderno de encargos, deve ser paga no prazo máximo de 30 (dias) após receção da respetiva fatura, a qual apenas pode ser emitida com o vencimento da obrigação a que se refere e a respetiva confirmação por parte do gestor do contrato da conformidade da execução da mesma.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a obrigação considera-se vencida com a disponibilização da totalidade das licenças da solução *OneTrust Cookies Consent* por cada



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

domínio/*website*, pelo período de 12 meses, a que fazem menção as alíneas do ponto 1.2 da cláusula 27.^a do presente caderno de encargos.

3. A fatura deverá conter de forma discriminada os serviços efetivamente prestados e a indicação expressa do número de compromisso que constará do contrato.
4. Em caso de discordância por parte da AICEP, relativamente aos elementos e valores constantes da fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitida, e observando o disposto nos números anteriores, a fatura será paga através de transferência bancária, para o IBAN indicado pelo adjudicatário.
6. Em caso de atrasos no pagamento por parte da AICEP, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre os montantes em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP.

Cláusula 8.^a

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Disponibilizar à AICEP todas as licenças objeto do contrato, nas quantidades requisitadas, com as características, especificações e requisitos técnicos da proposta adjudicada, no prazo proposto;
 - b) Não alterar as condições de fornecimento das licenças contratadas;
 - c) Prestar os serviços objeto do contrato de acordo com as especificações e requisitos técnicos exigidos no presente caderno de encargos, nos prazos estipulados, tendo em vista o cumprimento das finalidades principais e acessórias do contrato e a satisfação do legítimo interesse da AICEP na celebração do mesmo;
 - d) Não alterar as condições de prestação dos serviços;
 - e) Não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização da AICEP;



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- f) Prestar, de forma correta e fidedigna, todas as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos solicitados, de acordo com as circunstâncias;
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h) Comunicar antecipadamente à AICEP os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- i) Inteirar-se de todos os aspetos específicos e dos diversos condicionalismos legais, regulamentares e operacionais referentes à prestação integral dos serviços, tendo em vista a sua boa execução;
- j) Cumprir toda a legislação e orientações em vigor no que concerne à prestação dos serviços objeto do contrato, designadamente, a aplicável em matéria de proteção de dados pessoais;
- k) Cumprir todas as orientações da AICEP emanadas no quadro de conformação da relação contratual, que sejam adequadas e necessárias à execução do contrato do modo mais adequado às respetivas finalidades, suscitando-lhe todas as questões de natureza técnica que careçam de apreciação ou de determinação;
- l) Manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados, devendo disponibilizá-los à AICEP, sempre que esta os solicite;
- m) Não proceder à transmissão ou divulgação de qualquer informação, de qualquer natureza e em qualquer suporte, relativa à AICEP ou a terceiro, designadamente as que consubstanciam dados pessoais, as abrangidas por direitos de autor, as classificadas e explicitamente transmitidas como confidenciais ou as que respeitem à gestão privada da AICEP, às quais venha a ter acesso em virtude da execução do contrato, sendo esta obrigação, a vigorar sem termo, diretamente extensível a quaisquer dos seus agentes, trabalhadores ou colaboradores;
- n) Realizar os serviços acessórios que forem considerados necessários;
- o) Cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, por força do disposto no n.º 13 do artigo 42.º do mesmo diploma.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

2. O adjudicatário e os respetivos colaboradores estão ainda sujeitos ao dever de diligência sobre todos os assuntos que lhes sejam confiados.
3. O adjudicatário é responsável, no âmbito da relação contratual, por todos os seus atos e omissões, incluindo dos seus agentes, trabalhadores ou colaboradores, independentemente do vínculo que estes com ele possuam, dos quais resultem prejuízos para a AICEP ou para terceiros.
4. O adjudicatário é responsável perante a AICEP por quaisquer valores, a qualquer título, que esta tenha pago ou haja de pagar em virtude do incumprimento, mora ou cumprimento defeituoso do contrato, ou da violação de quaisquer obrigações de natureza legal ou regulamentar aplicáveis, incluindo, nos termos do artigo 447.º do CCP, violação de direitos de propriedade intelectual.
5. O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam adequados ao cumprimento das prestações objeto do contrato.

Cláusula 9.ª

SIGILO

1. O adjudicatário e os respetivos colaboradores estão sujeitos, nos termos da legislação aplicável, incluindo o estipulado nos estatutos da AICEP para os respetivos trabalhadores, a sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, jurídica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que dela resulte, a violação do dever de sigilo pelo adjudicatário ou pelos seus agentes, trabalhadores ou colaboradores, independentemente do vínculo que estes com ele possuam, prevista na presente cláusula,



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

confere à AICEP o direito à resolução imediata do contrato sem qualquer contrapartida ao adjudicatário.

5. O dever de sigilo mantém-se indefinidamente, salvo autorização expressa em contrário pela AICEP.

Cláusula 10.^a

DADOS PESSOAIS

A AICEP e o adjudicatário comprometem-se a tratar os dados pessoais no estrito cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável à proteção de dados pessoais, através de medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus dados pessoais, de forma a evitar a perda, mau uso, alteração e acesso não autorizado aos mesmos, nos termos da Declaração que se anexa como **Anexo A** ao presente caderno de encargos e que dele faz parte integrante.

Cláusula 11.^a

INCOMPATIBILIDADE, IMPEDIMENTOS E CONFLITOS DE INTERESSES

1. Ao adjudicatário são aplicáveis, com as devidas adaptações, as regras relativas às garantias de imparcialidade previstas no Código do Procedimento Administrativo.
2. Caso, ao longo da prestação de serviços objeto do presente procedimento, venha a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos da lei ou indicados no número seguinte, o adjudicatário compromete-se a informar a AICEP desse facto e a tomar as medidas necessárias à sua superação.
3. Entende-se por conflito de interesses qualquer situação em que o adjudicatário, por força do contrato ou por causa dele ou mesmo no exercício de outras atividades, pessoais ou profissionais, tenha de tomar opções técnicas, propor decisões ou emitir pareceres, com reflexo direto ou indireto em procedimentos de qualquer natureza, que possam afetar ou em que possam estar em causa, interesses particulares seus ou de terceiros à AICEP, privados ou públicos e que, por essa via, prejudiquem ou possam prejudicar a isenção e o rigor, ou que possam suscitar dúvida fundada sobre a isenção e o rigor que são devidos.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 12.^a

PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial e intelectual.
2. Caso a AICEP venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
3. O adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos industriais, direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do contrato.

Cláusula 13.^a

PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Ficam a pertencer à AICEP todas as obras suscetíveis de proteção a título de direitos de autor ou direitos conexos, emergentes da execução dos serviços objeto do contrato a celebrar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o adjudicatário transmite à AICEP a posse e propriedade sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, bem como de outros direitos de propriedade intelectual, relativos aos serviços objeto do presente caderno de encargos, produtos dele resultantes, bem como produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias, que estejam na sua titularidade, por um período indeterminado e sem quaisquer restrições geográficas, compreendendo os direitos de uso, transmissão, modificação, apresentação a terceiros, distribuição, e quaisquer outras formas de exploração das obras emergentes da execução dos serviços objeto do contrato a celebrar.
3. Pela transmissão dos direitos de autor ou direitos conexos a que se referem os números anteriores, não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do caderno de encargos.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

4. O adjudicatário obriga-se a colaborar com a AICEP caso se mostre necessário promover o registo dos direitos de autor e direitos conexos objeto de transmissão nos termos da presente cláusula, designadamente subscrevendo a documentação exigida para o efeito.

Cláusula 14.^a

SANÇÕES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do contrato, a AICEP pode aplicar sanções de natureza pecuniária ao adjudicatário, nos seguintes termos:
- a) Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso da obrigação estabelecida no ponto 1.1 da cláusula 27.^a, que visa assegurar o licenciamento da solução *Onetrust Cookies Consent* durante 12 (doze) meses, para os 12 (doze) domínios enumerados no ponto 1.2 da referida cláusula, referentes a *websites* da AICEP, baseado no modelo DAU (*Daily Average Users*), destinado a aproximadamente 30.000 (trinta mil) utilizadores diários, poderá ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 100,00 € (cem euros) por cada ocorrência;
 - b) Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso da obrigação estabelecida no ponto 1.3. da cláusula 27.^a, referente à disponibilização de uma consola única de parametrização e monitorização, que proporcione uma excelente experiência de utilização e que permita gerir e obter consentimento por parte do utilizador em diferentes níveis de aceitação, ou seja para cada tipo de *cookie*, a poderá ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 100,00 € (cem euros) por cada ocorrência.
 - c) Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso da obrigação estabelecida no ponto 1.4 da cláusula 27.^a relativa à disponibilização de módulo de configuração e monitorização para o perfil de *Data Protect Officer* (DPO) poderá ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 100,00 € (cem euros) por cada ocorrência.
 - d) Pelo não cumprimento da obrigação estabelecida no ponto 1.5 da cláusula 27.^a respeitante à migração do *tenant/organization* da AICEP PortugalGlobal já existente na *Onetrust*, sem *downtime* nem perdas das configurações e desenvolvimentos de implementação nos *websites* já realizados, atualmente em produção, poderá ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 100,00 € (cem euros) por cada ocorrência.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

2. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de quaisquer obrigações emergentes do contrato não previstas no número anterior, a AICEP pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção contratual, no valor pecuniário de até 5% do preço contratual, por cada ocorrência.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AICEP tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
4. No caso de aplicação de sanções de natureza pecuniária, a AICEP deduz os valores dessas mesmas sanções ao preço contratual.
5. As sanções de natureza pecuniária podem ser aplicadas pela AICEP em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário.
6. As sanções de natureza pecuniária previstas na presente cláusula não obstam a que a AICEP exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento definitivo das obrigações a cargo do adjudicatário ou exija uma indemnização pelo dano excedente.
7. Nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado da aplicação de sanções contratuais não pode exceder 20% do preço contratual.
8. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e na circunstância da AICEP não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
9. A aplicação de sanções de natureza pecuniária obedece ao disposto nos artigos 325.º e 329.º do CCP.

Cláusula 15.^a

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo da AICEP ou do adjudicatário que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não pudessem ser conhecidas ou previstas à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, verificando-se os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

gerais, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a

PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO E RETENÇÃO

- 1. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, o adjudicatário fica dispensado de prestar caução.
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode a AICEP, caso o considere conveniente para garantir o cumprimento exato e pontual de todas as obrigações legais e contratuais,



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar ao adjudicatário, em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

3. Salvo em caso de aplicação de sanções contratuais, a AICEP deve ouvir o adjudicatário antes de proceder à retenção a que se refere o número anterior, tendo este o prazo de 5 (cinco) dias para se pronunciar por escrito.
4. Sempre que a AICEP exerça a faculdade de retenção, o adjudicatário deve proceder ao cumprimento exato e pontual das obrigações legais e contratuais que motivaram aquele exercício, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação para esse efeito.

Cláusula 17.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DA AICEP

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a AICEP pode resolver o contrato nos termos dos artigos 333.º e seguintes do CCP.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.
3. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções contratuais aplicadas nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 18.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato nos termos do artigo 332.º do CCP.
2. Em caso de incumprimento de obrigações pecuniárias pela AICEP por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à AICEP, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a AICEP cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. Excetuando as situações previstas no número anterior, o direito de resolução é exercido por via judicial.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 19.^a

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

Ao adjudicatário não assiste o direito de ceder a terceiros, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou a fazer-se substituir, por qualquer forma, sem autorização prévia da AICEP, dada por escrito, e nos termos das disposições aplicáveis do CCP.

Cláusula 20.^a

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre a AICEP e o adjudicatário, quaisquer comunicações ou notificações efetuadas entre as partes devem ser efetuadas, preferencialmente, mediante transmissão escrita e eletrónica de dados, para o endereço de correio eletrónico a indicar pela AICEP, com aviso de entrega, ou carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer comunicação ou notificação efetuada por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
4. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a AICEP e que sejam efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, feitas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se efetuadas às 10 horas do dia útil seguinte.
5. Toda e qualquer comunicação, notificação e/ou documentação emitida pelo adjudicatário em sede de execução contratual terá de ser, obrigatoriamente, redigida em português.

Cláusula 21.^a

GESTOR DO CONTRATO

1. A execução do contrato será permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela AICEP.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

2. O referido gestor tem as competências previstas no artigo 290.º-A do CCP e será identificado no contrato.

Cláusula 22.ª

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Em tudo o mais que não esteja expressamente previsto no convite e no caderno de encargos, aplicar-se-á o disposto no CCP e demais legislação conexa aplicável.

Cláusula 23.ª

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 24.^a

ENQUADRAMENTO

1. A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., geralmente designada por AICEP, é uma entidade pública de natureza empresarial vocacionada para o desenvolvimento de um ambiente de negócios competitivo que contribua para a globalização da economia portuguesa, tendo presença nacional, no Porto, Lisboa e em 8 lojas de exportação, bem como internacional, em cerca de 50 delegações espalhadas por diversos continentes.
2. A AICEP presta serviços em primeira linha às empresas exportadoras, ou com interesse em iniciar a atividade exportadora, a investidores e potenciais investidores em Portugal, nacionais e estrangeiros, e aos potenciais clientes internacionais das empresas portuguesas.
3. A AICEP presta serviços de capacitação a empresas que pretendem expandir o seu negócio para novos mercados e gera produtos de conhecimento que apoiam as empresas na tomada de decisões estratégicas que potenciem as suas exportações e proporciona um acompanhamento de consultoria, por medida, a empresas já internacionalizadas.
4. Por forma a que a AICEP continue a prestar um serviço de valor acrescentado aos seus clientes, é essencial que os seus *websites* estejam em conformidade com os requisitos legais de proteção de dados pessoais e, em simultâneo, garantam uma experiência de utilização de excelência aos seus utilizadores. É neste contexto que surge a necessidade descrita abaixo.

Cláusula 25.^a

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A AICEP, através do presente procedimento, pretende adquirir o licenciamento da Solução *Onetrust Cookies Consent*, para 12 (doze) domínios da responsabilidade da AICEP, durante 12 (doze) meses, de modo a garantir o cumprimento das suas obrigações perante as entidades



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

reguladoras, bem como para cumprimento da sua missão e dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Cláusula 26.^a

OBJETIVOS

Com esta aquisição, a AICEP pretende atingir os seguintes objetivos:

- a) Enriquecer cada *website* da AICEP, destacando na *landing page* a barra de Aceitação da Política de *Cookies*, por forma a elucidar o utilizador e obter o seu consentimento explícito acerca dos *cookies* que serão recolhidos;
- b) Disponibilizar a qualquer utilizador um interface homogéneo com uma identidade corporativa fiel ao *design system* das soluções digitais da AICEP, que lhe permita compreender de uma forma fácil e transparente, todos os tipos de *cookies* que o *website* recolhe e quais as respetivas finalidades, disponibilizando através de caixas de seleção, a possibilidade do utilizador ativar ou desativar parte ou a totalidade dos *cookies*;
- c) Manter a uniformização da Gestão de *Cookies* já implementada em todos os domínios e *websites* da responsabilidade da AICEP;
- d) Disponibilizar à equipa de suporte técnico da AICEP e *Data Protection Officer* (DPO), uma consola única de *backoffice* que permita configurar a Política de *Cookies* a aplicar nos seus *websites*;
- e) Garantir a conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e com as recomendações do DPO da AICEP;
- f) Garantir a conformidade com as melhores práticas no que respeita à usabilidade e acessibilidade dos *websites* da Administração Pública;
- g) Salvaguardar a conformidade com o Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança e o Cumprimento dos Requisitos de Arquitetura de Segurança das Redes e Sistemas de Informação, definidas pelo CNCS.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 27.^a

REQUISITOS TÉCNICOS

1. Na execução dos serviços o adjudicatário tem de garantir o cumprimento dos seguintes requisitos técnicos:

1.1. Assegurar o licenciamento da solução *Onetrust Cookies Consent* durante 12 (doze) meses, para os 12 (doze) domínios enumerados no ponto 1.2 da presente cláusula, referentes a *websites* da AICEP, baseado no modelo DAU (*Daily Average Users*), destinado a aproximadamente 30.000 (trinta mil) utilizadores diários.

1.2. Na execução dos serviços o adjudicatário tem de considerar os seguintes domínios:

- a) **portugalglobal.pt** (com reencaminhamento de aiceportugalglobal.pt) - Site corporativo/institucional da AICEP;
- b) **myaicep.portugalglobal.pt** (com reencaminhamento de aiceportugalglobal.pt) – Área privada do site corporativo/institucional da AICEP;
- c) **clientes.portugalglobal.pt** - Portal de Cliente da AICEP;
- d) **buyfromportugal.com** - Catálogo de empresas portuguesas;
- e) **portugalexpo2025.pt** - Site dedicado à presença de Portugal na Expo Osaka Kansai;
- f) **portugalmakessense.pt** (com reencaminhamento de portugalmakessense.com) – Site - dedicado a campanha-país sob a marca *Portugal Makes Sense*;
- g) **portugalnaturally.pt** - Site dedicado a campanha-país sob a marca *Made in Portugal*;
- h) **inovcontacto.pt** - canal dedicado ao Programa de Estágios Inov Contacto;
- i) **inovcontacto.com** - canal dedicado ao Programa de Estágios Inov Contacto;
- j) **portugalexporta.pt** - (com reencaminhamento de portugalexporta.com) - Solução pública da Plataforma Digital da AICEP dedicada ao apoio às empresas portuguesas que procuram alargar a sua atividade aos mercados externos;



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

- k) **myaicep.portugalexporta.pt** - Solução privada da Plataforma Digital da AICEP dedicada às empresas portuguesas;
 - l) **myaicepstaff.portugalexporta.pt** - Solução privada da Plataforma Digital da AICEP dedicada aos colaboradores internos da AICEP que apoiam as empresas portuguesas.
- 1.3. Disponibilizar uma consola única de parametrização e monitorização, que proporcione uma excelente experiência de utilização e que permita gerir e obter consentimento por parte do utilizador em diferentes níveis de aceitação, ou seja para cada tipo de *cookie*, a saber:
- a) *Cookies* estritamente necessários: Aqueles que permitem a navegação no *website* utilizando áreas seguras, pois sem estes *cookies*, os serviços requeridos não podem ser apresentados;
 - b) *Cookies* analíticos: Os utilizados anonimamente para efeitos de monitorização e análise de estatísticas, sem nunca recolher informações de carácter pessoal;
 - c) *Cookies* de funcionalidade: Os que guardam preferências do utilizador relativamente à utilização do *website*, de modo que não seja necessário voltar a configurar definições do *website*;
 - d) *Cookies* de publicidade: Aqueles que direccionam a publicidade através de campanhas em função dos interesses e gostos de cada utilizador;
 - e) *Cookies* de terceiros: Os que medem o sucesso de aplicações e a eficácia da publicidade de terceiros.
- 1.4. Disponibilização de módulo de configuração e monitorização para o perfil de *Data Protect Officer* (DPO).
- 1.5. Migração do *tenant/organization* da AICEP PortugalGlobal já existente na *Onetrust*, sem *downtime* nem perdas das configurações e desenvolvimentos de implementação nos *websites* já realizados, atualmente em produção.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 28.^a

REQUISITOS COMPLEMENTARES

Na execução do contrato, o adjudicatário compromete-se a respeitar as seguintes condicionantes:

- a) Garantir a conformidade com o Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança e o Cumprimento dos Requisitos de Arquitetura de Segurança das Redes e Sistemas de Informação, definidas pelo Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS);
- b) Adotar linguagem clara conforme os guias de boas práticas;
- c) Garantir a conformidade com as melhores práticas no que respeita à usabilidade e acessibilidade a um nível equivalente ou superior ao exigido pelo «selo de prata de usabilidade e acessibilidade digital»;
- d) Garantir a conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» os objetivos ambientais ao abrigo do regulamento que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);
- e) Garantir a conformidade com a autoavaliação da segurança, ao abrigo da alínea g) do n.º 4 do artigo 18.º do Regulamento (UE) 2021/241, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o MRR;
- f) Garantir o cumprimento de todos os requisitos de acessibilidade dos *sites web* e aplicações móveis de organismos públicos, previstos no Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro;
- g) Assegurar a articulação total da equipa de gestão de projeto e desenvolvimento com a equipa de projeto da AICEP e outras equipas parceiras envolvidas no enriquecimento da Plataforma Digital da AICEP em curso;
- h) Garantir a disponibilidade para elaboração de metodologia de testes rigorosa conjunta no âmbito das componentes a integrar.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Cláusula 29.^a

REQUISITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O sistema tem de respeitar as exigências do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, assim como os requisitos técnicos presentes na Resolução do Conselho de Ministros, n.º 41/2018, tendo necessariamente de respeitar, o princípio "*Data protection by design and default*".

Cláusula 30.^a

IDIOMAS

A solução *Onetrust Cookies Consent*, em função de cada domínio, tem de suportar os seguintes idiomas:

- a) Português de Portugal;
- b) Inglês.

Cláusula 31.^a

FORMATO E SUPORTE DOS ENTREGÁVEIS

Sem prejuízo de outra documentação, cuja entrega se encontre prevista no caderno de encargos, ou venha a ser acordada entre a AICEP e o adjudicatário, o adjudicatário entregará à AICEP, conforme faseamento dos serviços previstos no caderno de encargos, toda a documentação necessária em suporte digital.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

Anexo A

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

_____ (nome, número de documento de identificação e morada), na
qualidade de representante legal de (*) _____ (firma, número de
identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de
identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de
encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de
_____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara,
estar ciente de que:

A. Obrigações da AICEP:

1. A AICEP procederá ao tratamento de dados pessoais para efeitos exclusivos de execução do contrato a celebrar e do cumprimento de obrigações legais;
2. A AICEP, enquanto entidade responsável pelo tratamento, dispõe de um Encarregado da Proteção de Dados, contactável através do endereço de correio eletrónico dpo@portugalglobal.pt, ou através de outro meio que venha a ser por ela indicado no seu *website* (www.portugalglobal.pt);
3. O titular de dados pessoais pode exercer os seus direitos perante a AICEP (na medida em que esta efetue o tratamento dos seus dados), tais como o direito de informação / acesso, de retificação ou apagamento dos dados, bem como o direito à limitação e portabilidade dos mesmos, com as limitações previstas na legislação aplicável, mediante pedido por escrito a ser remetido através do formulário eletrónico existente para esse efeito no *website* da AICEP (página Política de privacidade), gozando ainda do direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo;
4. A AICEP pode transmitir os dados pessoais a outras entidades, tidas como necessárias à prossecução das atividades da AICEP ou ao cumprimento de obrigações contratuais ou legais, desde que estas cumpram os requisitos legalmente aplicáveis, designadamente em matéria de proteção de dados pessoais;
5. Os dados pessoais serão conservados até ao termo da relação contratual ou até ao cabal cumprimento das obrigações inerentes ao contrato a celebrar, exceto os dados que, por imposição legal, devam ser conservados por período superior;
6. Para efeitos de gestão do contrato a celebrar podem ser realizadas operações automatizadas, nomeadamente definição de perfis, garantindo-se, contudo que as mesmas são efetuadas com os limites impostos pela legislação aplicável.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

B. Obrigações do Adjudicatário / Prestador de serviço:

Para efeitos de execução do presente contrato de prestação de serviços/fornecimento, declara o Adjudicatário/Prestador de serviço, que se compromete a:

- i) Tratar todos os dados pessoais em respeito pelos princípios e obrigações impostas pela legislação da União Europeia e Portuguesa referente ao tratamento de dados pessoais (nomeadamente, o RGPD - Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, a LPDP-Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto que assegura a sua execução na ordem jurídica nacional, e qualquer legislação posterior que altere, revogue e/ou complemente);
- ii) Garantir, nas situações onde haja partilha de dados pessoais com a AICEP, que estes foram recolhidos em conformidade com a alínea anterior, no cumprimento quer do princípio de informação (artº13 e artº14º) quer do princípio da licitude(artº6), nomeadamente na obtenção do consentimento válido quando necessário, que permita o tratamento legítimo de tais dados pela AICEP;
- iii) Tratar os dados pessoais partilhados pela AICEP, unicamente para efeitos de gestão desta prestação de serviços/fornecimento, não podendo utilizá-los para outras finalidades nem ceder, a qualquer título, junto de terceiros;
- iv) Conservar os dados pessoais partilhados até ao termo da relação contratual ou até ao cabal cumprimento das obrigações inerentes ao contrato a celebrar, exceto os dados que, por imposição legal, devam ser conservados por período superior;
- v) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- vi) Utilizar medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais transmitidos pela AICEP, de forma a evitar a perda, mau uso, alteração e acesso não autorizado aos mesmos (nos termos do artigo 32º do RGPD).

Sempre que o presente caderno de encargos, do qual este anexo faz parte, contemple tratamento de dados pessoais a ser executado pelo Adjudicatário por conta e ordem da AICEP, de acordo com instruções documentadas por esta última, sem o Adjudicatário determinar as finalidades e os meios do tratamento, este último assume a qualidade de entidade subcontratante de acordo com o artigo 28.º do RGPD - Regulamento Geral de proteção de Dados Pessoais, comprometendo-se com as respetivas disposições legais e sob compromisso de honra a:



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

1. Comunicar à AICEP (responsável pelo tratamento) os dados de contacto do seu Encarregado de Proteção de Dados, caso exista ou, inexistindo, indicar um contacto para tratar questões sobre esta matéria - **Anexo A.2** (a preencher pelo Adjudicatário);
2. Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da AICEP - o **Anexo A.1** contém informação que caracteriza o tratamento, a duração, a natureza e finalidade, a categoria dos titulares dos dados, o tipo de dados pessoais e instruções complementares às que constam neste anexo ou caderno de encargos;
3. Notificar a AICEP logo que seja detetado alguma violação de dados ou quebra de segurança nos procedimentos / sistemas que suportem os dados pessoais transmitidos;
4. Submeter à autorização prévia e escrita da AICEP a subcontratação dos serviços objeto do contrato a celebrar, bem como assegurar que todos os subcontratantes com acesso a dados pessoais, no âmbito do presente contrato, cumprem as obrigações assumidas na presente declaração, através de contrato ou outro meio legalmente admissível;
5. Vincular-se ao cumprimento dos procedimentos e normas referentes ao tratamento de dados pessoais, nos exatos termos em que se encontram previstos nos regulamentos internos da AICEP, sempre que a prestação de serviços decorra nas instalações desta última;
6. Prestar assistência à AICEP no cumprimento das obrigações de resposta aos titulares dos dados pessoais, designadamente, quanto a questões de direitos, segurança, reporte ou consultas sobre a matéria;
7. Disponibilizar à AICEP todas as informações necessárias que demonstrem o cumprimento das obrigações previstas na presente Declaração, perante auditorias da iniciativa da AICEP ou de entidades competentes.

Para efeitos de cumprimento das obrigações supra e em complemento das mesmas, faz parte integrante do presente anexo, o Anexo A.1 e o Anexo A.2.

O incumprimento dos deveres definidos na presente Declaração e/ou a verificação da inexistência de garantias de conformidade com as obrigações assumidas pelo Adjudicatário, são condições suficientes para a resolução do presente contrato com justa causa, podendo implicar o dever de indemnização à AICEP, por eventuais violações da legislação aplicável.

Assinatura

Data

(*) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO A - TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

ANEXO A.1 - AICEP (Responsável pelo tratamento)

Tratamentos de Dados Pessoais

Resumo	
Objeto do Tratamento	Aquisição de licenças de Solução Onetrust Cookies Consent para os websites da AICEP para o ano 2025 - Com o presente procedimento, a agência pretende renovar a aquisição do licenciamento da solução Onetrust Cookies Consent, para todos os domínios/websites da responsabilidade da agência, durante 1 ano (12 meses), de modo a implementar uma Política de Gestão de Cookies que garanta conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados.
Descrição do tratamento a efetuar pelo Subcontratante com os dados pessoais transmitidos ou disponibilizados	<p>A solução Onetrust Cookies Consent em si não armazena diretamente dados sensíveis ou conteúdos pessoais (como nome, e-mail ou outras informações fornecidas voluntariamente pelo utilizador), a menos que os cookies específicos configurados no site colem tais dados, o que não acontece nos websites da AICEP.</p> <p>O sistema deve registar informação sobre as alterações realizadas nos dados pessoais, incluindo data/hora e autor, assim como dos acessos feitos a esses dados.</p> <p>O sistema deve permitir realizar as diferentes operações associadas ao exercício dos direitos dos titulares, nomeadamente informação, portabilidade e eliminação/anonimização, sujeitas às condicionantes legais específicas para o tratamento desses dados. Neste sentido o sistema deve poder parametrizar os prazos de conservação dos dados.</p>
Entidades a quem o tratamento se destina	AICEP e organismos parceiros da AICEP (tutela e outros organismos do estado).
Instruções	
Apagar ou devolver, todos os dados	Findo o contrato, após entrega de toda a informação abrangida pelo mesmo e na ausência de instrução contrária, o adjudicatário obriga-se a apagar os dados pessoais em sua posse que tenham sido enviados ou cedidos pela



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

pessoais após conclusão do serviço	AICEP para o tratamento supracitado. Informa a AICEP da execução dessa operação.
Transferências de dados para países terceiros (fora do Espaço Económico Europeu)	Os tratamentos que envolvam dados pessoais devem estar localizados dentro do Espaço Económico Europeu (EEE), quer base de dados quer aplicações, i.e. não deve existir transferência de dados para países terceiros. Para situações excecionais, onde haja legitimidade ao abrigo do capítulo V do RGPD, o Subcontratante informa previamente a AICEP no sentido de obter sua autorização.
Referências no caderno de encargos e/ou outras instruções	N/A

Categorias dos titulares de dados

Categorias de dados tratados	Colaboradores AICEP	Colaboradores de empresas	Outras pessoas singulares
Dados de identificação	Não	Não	Não
Dados de contacto	Não	Não	Não
Dados de faturação	Não	Não	Não
Dados familiares	Não	Não	Não
Dados Profissionais	Não	Não	Não
Dados Académicos	Não	Não	Não
Informações de ordem financeira e patrimonial	Não	Não	Não
Dados de tráfego e de localização	Localização aproximada baseada no endereço IP, para aplicar regras de consentimento regionais, como o RGPD na União Europeia.	Localização aproximada baseada no endereço IP, para aplicar regras de consentimento regionais, como o RGPD na União Europeia.	Localização aproximada baseada no endereço IP, para aplicar regras de consentimento regionais, como o RGPD na União Europeia.
Dados de navegação na internet	Endereço IP, navegador de internet, dispositivo de acesso (tipo, versão, sistema operacional).	Endereço IP, navegador de internet, dispositivo de acesso (tipo, versão, sistema operacional).	Endereço IP, navegador de internet, dispositivo de acesso (tipo, versão, sistema operacional).
Outras categorias de dados pessoais não sensíveis	- ID do consentimento (um identificador gerado pela ferramenta para rastrear o status do consentimento do utilizador);	- ID do consentimento (um identificador gerado pela ferramenta para rastrear o status do consentimento do utilizador);	- ID do consentimento (um identificador gerado pela ferramenta para rastrear o status do consentimento do utilizador);



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

	<ul style="list-style-type: none">- Escolhas feitas pelo utilizador em relação ao consentimento de cookies (por exemplo, aceitação ou rejeição de categorias específicas de cookies);- Informações de interação, tais como, dados relacionados ao comportamento do usuário com o <i>banner</i> ou painel de consentimento (como cliques em "Aceitar", "Rejeitar" ou "Configurações").	<ul style="list-style-type: none">- Escolhas feitas pelo utilizador em relação ao consentimento de cookies (por exemplo, aceitação ou rejeição de categorias específicas de cookies);- Informações de interação, tais como, dados relacionados ao comportamento do usuário com o <i>banner</i> ou painel de consentimento (como cliques em "Aceitar", "Rejeitar" ou "Configurações").	<ul style="list-style-type: none">- Escolhas feitas pelo utilizador em relação ao consentimento de cookies (por exemplo, aceitação ou rejeição de categorias específicas de cookies);- Informações de interação, tais como, dados relacionados ao comportamento do usuário com o <i>banner</i> ou painel de consentimento (como cliques em "Aceitar", "Rejeitar" ou "Configurações").
Perfis	Não	Não	Não
Art.º 9.º, n.º 1	Não	Não	Não
Art.º 10.º	Não	Não	Não
Fonte dos dados / Forma de Recolha para as diversas categorias de dados tratados	Fornecidos pelo próprio utilizador ao aceder aos websites da AICEP	Fornecidos pelo próprio utilizador ao aceder aos websites da AICEP	Fornecidos pelo próprio utilizador ao aceder aos websites da AICEP

Nota: Sempre que ocorram transferências de dados pessoais entre as partes estas devem ser realizadas de forma encriptada e com acesso controlado.



AICEP

Agência para o Investimento
e Comércio Externo de Portugal

ANEXO A - TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

ANEXO A.2 – Subcontratante

(a preencher pelo adjudicatário)

Dados do Encarregado de Proteção de Dados-EPD (se existir, caso contrário indicar contacto para estas matérias):

Nome	
Morada Rua	
Código postal	
Localidade	
País	
e-mail	
Telefone	

Política de Proteção de Dados:

Política de privacidade (link para o website)	
Informação complementar referente à conformidade com o RGPD (caso exista ou se aplique ao tratamento em causa)	